

Ética e participação nos processos de compras públicas



Para que o sistema de saúde funcione corretamente, ele deve adquirir constantemente suprimentos médicos e medicamentos, portanto, as compras são um eixo fundamental que, como acontece com o atendimento médico, devem ter ética e transparência em todas suas etapas. Para tirar a corrupção dos processos de compras, é necessária uma liderança, leis e instituições para tornarem os processos mais efetivos.

O problema é que, até agora, a ética e a transparência nos processos de compras só têm tido uma abordagem regulatória na América Latina, deixando de lado um elemento que é fundamental: a inclusão e participação das empresas privadas e dos cidadãos, o que, sem dúvida, melhoraria os processos de compra.

Este foi o tema discutido no foro sobre "Integridade e transparência nos processos de compras públicas", organizado pela Associação Mexicana das Indústrias de Pesquisa Farmacêutica (AMIIF, por suas siglas em espanhol). Do foro, participaram especialistas em

transparência, gestão social e cooperação, bem como pessoas do governo mexicano, o país onde foi realizado.

Como funcionam os processos de compra no setor da saúde?

A primeira coisa a dizer é que é fundamental a existência de todo um ecossistema para poder fazer compras públicas. Em primeiro lugar, são necessárias leis para reger essas compras, o que permitirá um marco regulatório. Cada país e, em alguns casos, cada estado tem suas próprias regulamentações.

Há também diferentes métodos para fazer compras, incluindo a compra direta, os convênios e as licitações públicas. O tipo de método dependerá da compra que se faz e da instituição que a faz. Finalmente, todas estas compras podem ser feitas pessoalmente, digitalmente ou com uma mistura das duas modalidades.

Segundo Alejandro González, especialista em Gestão Social e Cooperação, os convênios são um dos métodos mais eficientes para os processos de compra por diversas razões: eles permitem, por exemplo, reduzir os custos de inventário, infraestrutura e administração. Além disso, eles reduzem os espaços para corrupção sem deixar de lado a flexibilidade na capacidade de resposta. Este tipo de convênios é usado para a compra de vacinas, roupa de trabalho médico e medicamentos patenteados.

Análise da situação na América Latina

No caso do México, para tornar transparentes os processos de compra, a Secretaria da Função Pública criou a plataforma denominada "Padrón de Integridad Empresarial", com o intuito de melhorar a relação entre governo, iniciativas privadas e sociedade, promovendo políticas de integridade. Em poucas palavras, é um observatório para ver os processos de compra de todas as empresas e pessoas de uma forma digital, como explicou Carlos Villalobos, coordenador de Vinculação com o Setor Empresarial da Secretaria da Função Pública.

Além disso, esta plataforma permite que as empresas façam uma auto-auditoria dos riscos e do tratamento a eles. Através de um questionário, um processo de validação é realizado pelo governo e as empresas recebem um certificado por sua colaboração, permitindo que cada empresa tenha um diagnóstico para começar a tomar providências para minimizar os riscos nas compras públicas.

Não obstante, é necessário destacar que ainda devem ser feitas algumas melhorias no México, uma vez que, como explicou Alejandro González, especialista em Gestão Social e Cooperação, o regime de compras públicas está fragmentado em diferentes instituições e muda dependendo do estado. Além disso, as compras ainda são feitas de forma muito análoga e é dada prioridade às compras diretas, o que é problemático em uma época em que tudo funciona digitalmente.

Em contraste, países como o Chile implementaram formas mais eficazes para as compras. Um exemplo é a ChileCompra, que faz parte do Ministério da Fazenda, que tem alcançado eficiência e transparência em suas compras públicas desde 2003. Especificamente nas compras para o setor da saúde, Alejandro González explicou que, desde que a ChileCompra está utilizando a modalidade de convênios (2013), houve uma redução de 40% nos custos de infraestrutura e inventários.

Além disso, o governo chileno possui a ferramenta chamada [Observatorio Fiscal](#), que permite ver todas as compras, produtos, fornecedores e modalidades de compra que têm sido feitas no setor da saúde desde 2010.

Outro exemplo destacado por González foi o de Compra Eficiente na Colômbia, que faz parte do Departamento Nacional de Planejamento e seu objetivo é fazer políticas públicas que facilitem as compras e a eficiência nelas. Graças ao Compra Eficiente, existem convênios para a compra, por exemplo, de tratamentos de HIV, tratamentos de hemofilia ou produtos especiais para desinfecção e detecção da COVID-19. O processo de compra mediante convênios, afirma González, tem aumentado significativamente desde 2016 graças a esse programa.

Com relação aos processos de compra na região durante a emergência da COVID-19, Martín Zapata, Coordenador Regional para América Latina, Fisheries Transparency Initiative (FiTI), explicou que o grande legado deixado pela crise é que não podem "existir sistemas de contingência que não tenham um sistema anticorrupção". Ele acrescentou que esta foi uma oportunidade para todos os países fortalecerem seus sistemas de compra e repensarem para que eles sejam integrados com todos os atores da saúde.

Cooperação para melhorar os resultados

Para Martin Zapata, em termos de eliminação da corrupção nas compras públicas, "a América Latina tem bons exemplos em processos participativos para combater a corrupção", entretanto, ele explica que, nestes processos, o objetivo da transparência pode ser enganoso, pois pode ser um discurso ou ser escrito em um manual, mas sem ser aplicado em situações reais.

Isto é importante porque, nos processos de compras do setor da saúde, "a transparência sem consequências pode gerar problemas, porque ela sozinha não é suficiente para acabar com a corrupção", explicou a moderadora María Teresa Cantú, advogada responsável pela ética e o cumprimento da AMIIF. Isto significa que ainda existem muitas lacunas entre os atores do sistema da saúde antes de que seja possível tornar ético um processo de compras.

Portanto, os especialistas chegaram a um consenso de que as parcerias entre os setores privado, público e os cidadãos são necessárias para chegar a processos excelentes. Esta relação deve ter confiança e comunicação para ser bem-sucedida. Isto será bom para padronizar os procedimentos, envolver as PMEs, diversificar os métodos de contratação e incluir o setor privado em uma corresponsabilidade de transparência.

Por outro lado, é necessário fazer uma política específica para cada país com base na análise das causas das más práticas nos processos de compras públicas, com o intuito de ser adaptada às necessidades locais para obter um maior impacto.

Em resumo, a inclusão e a participação das empresas privadas e dos cidadãos nos processos de compras públicas acrescentará transparência a este ecossistema porque, ao tornar a informação aberta a todos, cria-se uma cultura de confiança e corresponsabilidade. Da mesma forma, quando existe um ecossistema de comunicação aberto, os espaços para a corrupção são fechados. Finalmente, o mais importante para conseguir um bom processo de compras é ter em mente que o bem-estar dos cidadãos e pacientes deve estar sempre no centro de qualquer compra pública.

Fontes

[Adquisiciones de emergencia para COVID-19: compra rápida, abierta e inteligente](#)

[COLOMBIA COMPRA EFICIENTE](#)

[Integridad y transparencia en los procesos de adquisición pública. Una visión desde la ética](#)

[Plan anual de adquisiciones](#)

[¿Qué es ChileCompra?](#)

[Radiografía de las compras del Sector Salud](#)

[SALUD](#)